



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

1

ESTADO DO PARANÁ

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2023 – UASG 926470 -PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu torna público AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será **regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Ato da Presidência nº 46/2022, de 24 de maio de 2022**, todas combinadas com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis, tendo como objetivo a **contratação de empresa para fornecimento de certificado digital e-cpf**, nas condições fixadas neste aviso. As propostas deverão obedecer às especificações e condições deste instrumento convocatório.

### PROCESSO GIIG Nº 2374/2023

**VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 640,00 (Seiscentos e quarenta reais).**

**DOTAÇÃO: 01.01.01.031.0001.2002.3.3.90.40.99.01 - EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS**

**CNAE RELATIVO AO OBJETO: 6319-4/00 CERTIFICAÇÃO DIGITAL; SERVIÇOS DE**

**TOTAL DE GASTOS COM O MESMO CNAE EM 2023: R\$ 3.074,70 (Três mil e setenta e quatro reais e setenta centavos).**

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é a seleção de proposta para fornecimento de dois certificados digitais e-cpf, conforme segue.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	27189 - Certificado digital e-cpf em mídia física do tipo token com validade de 36 (trinta e seis) meses.	UNIDADE	2	R\$ 320,00

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. Preliminarmente justifica-se a contratação direta tendo em vista que, conforme NOTA TÉCNICA Nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC da CGU<sup>1</sup> expedida em 2017, a realização de certame licitatório acarretaria em um ônus médio estimado de R\$ 20.698,00 (em valores da época), razão pela qual opta-se pela realização de contratação direta. Ressalta-se ainda não existirem atas de registro de preços firmadas que tratem do objeto da presente contratação, bem como a aquisição encontra-se prevista no Plano de contratação de 2023. Por fim, deixa-se de utilizar o registro de preços frente à ausência de regulamentação.

<sup>1</sup> [http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic5\\_bra\\_visit\\_4.6.pdf](http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic5_bra_visit_4.6.pdf)



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

2.2. Justifica-se a contratação pois a utilização de certificados digitais é exigida por lei para a realização de procedimentos como os pregões eletrônicos. A falta de um certificado digital pode resultar na impossibilidade de realização de processos de licitação.

2.3. Considerando que o atual certificado digital deste servidor está em tempos de vencimento, cuja expiração ocorrerá em 26 de novembro de 2023, faz-se necessária a renovação do atual certificado.

2.4. Destaca-se que a opção pelo certificado digital A3 token é lastreada pois é uma ferramenta altamente segura, que armazena as informações criptografadas em um dispositivo físico. Isso garante a autenticidade e a integridade dos documentos eletrônicos, protegendo contra fraudes e garantindo a confiabilidade dos processos de licitação, bem como possibilita a utilização em do certificado em outros dispositivos.

2.5. O certificado digital e-CPF permite que o pregoeiro se identifique de forma única e inequívoca no ambiente eletrônico. Isso é fundamental para assegurar que apenas pessoas autorizadas tenham acesso aos sistemas de pregão eletrônico, evitando o uso indevido de suas credenciais.

2.6. Com um certificado digital, o pregoeiro pode assinar digitalmente os documentos relacionados aos processos de licitação de forma rápida e eficiente. Isso elimina a necessidade de assinaturas manuais, reduzindo o tempo e o risco de erros nos trâmites burocráticos.

2.7. A utilização de certificados digitais elimina a necessidade de deslocamento físico para a assinatura de documentos, reduzindo custos com impressão, transporte e armazenamento de papel. Além disso, agiliza o fluxo de trabalho, tornando os processos de licitação mais eficientes e econômicos.

2.8. A adoção de certificados digitais fortalece a transparência e a prestação de contas nos processos de licitação. Todas as ações realizadas com o certificado digital ficam registradas eletronicamente, facilitando auditorias e fiscalizações.

2.9. A aquisição de certificados digitais para os pregoeiros alinha a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu com as práticas modernas e padronizadas de compras públicas, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos.

2.10. Em resumo, a solicitação de aquisição de um certificado digital do tipo e-CPF A3 token para o pregoeiro da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, bem como para o servidor lotado no setor de compras e atualmente designado presidente da comissão de concurso público e eventual substituto do Agente de Contratação é medida que visa atender a requisitos legais, fortalecer a segurança, aumentar a eficiência operacional e garantir a transparência nos processos de licitação, beneficiando tanto a administração pública quanto a sociedade como um todo.

2.11. Conforme previsão do art. 74, II da Lei nº 14.133 de 2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

2.12. Quanto ao valor estimado para a contratação é de até R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) para cada certificado conforme pesquisa de preços obtidas com fornecedores locais.

### 3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os bens deverão ser fornecidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o envio da solicitação de fornecimento.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na proposta;

3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.4. Na impossibilidade de fornecimento dos bens, a empresa contratada deverá substituir por outro com especificações iguais ou superiores;

3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

3.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A contratante obriga-se a:

- a) Fornecer todas as informações requisitadas pela CONTRATADA;
- b) Requisitar a entrega dos bens;
- c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste documento;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes neste documento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- e) Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas no Contrato;
- f) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada em sua proposta.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada obriga-se a:

- a) Garantir a boa qualidade dos bens fornecidos;
- b) Manter os dados cadastrais atualizados junto a contratante;
- c) Arcar com eventuais prejuízos causados a contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quanto ao fornecimento;
- f) Manter preposto aceito pela contratante, para representá-la na execução do contrato;
- g) Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- h) Reportar imediatamente ao órgão responsável pela gestão do contrato, quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas;
- i) Submeter-se, dentro do escopo e das cláusulas pactuadas no contrato, às determinações do órgão responsável pela gestão do contrato e das autoridades da contratante;
- j) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- k) Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o 15º dia contados do recebimento definitivo dos serviços, condicionado a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica/Fatura correspondente e demais documentos



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

pertinentes, desde que cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação dos valores;

7.2. Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento, o valor será atualizado pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ocorrida entre a data de seu adimplemento e a do efetivo pagamento, calculada pro rata tempore.

## 8. DAS SANÇÕES

8.1 Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- 8.1.1 Propor objeto que não atenda a especificação técnica;
- 8.1.2 Não entregar o produto proposto;
- 8.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 8.1.4 Causar atraso na execução do objeto;
- 8.1.5 Não manter a proposta;
- 8.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.7 Declarar informações falsas; e
- 8.1.8 Cometer fraude fiscal.

8.2 Independentemente das sanções do item anterior, a declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

- 8.2.1 Fizer declaração falsa;
- 8.2.2 Apresentar documento falso;
- 8.2.3 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- 8.2.4 Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 8.2.5 Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.2.6 Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;
- 8.2.7 Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

8.3 Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.3.1 Apresentar declaração falsa: multa de 20% (vinte por cento);

8.3.2 Deixar de apresentar documento: multa de 10% (dez por cento);

8.3.3 Não manter sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

8.4Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, não fornecer o objeto proposto, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

8.5A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

8.6As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do Contrato.

8.7As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

8.8As multas pecuniárias serão recolhidas no Banco do Brasil, agência 0140-6 – C/C 1729-9, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, sob pena de inscrição em dívida ativa municipal.

8.9As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente.

Foz do Iguaçu, 04 de Outubro de 2023

Carlos Alberto Kasper  
Agente de Contratação